

COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS: INOVAÇÕES NA COMERCIALIZAÇÃO COMO SUPORTE A UMA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

DECENTRALIZED COOPERATIVES: INNOVATIONS IN MARKETING TO SUPPORT SUSTAINABLE FAMILY FARMING

Autor(es): Eloiza Andréa Moraes Silva, Fábio Luiz Búrigo, Adinor José Cappellesso.

Filiação: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: elo_ms@hotmail.com; fabio.burigo@ufsc.br; adinor.capellesso@ifsc.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT6 - Cooperativismo, associativismo e demais ações
coletivas no meio rural

Resumo

O trabalho tem como objetivo descrever e distinguir o funcionamento das Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF) de Santa Catarina, tendo em conta as condições socioeconômicas dos associados e a sustentabilidade dos territórios rurais. Nos últimos anos, a dinâmica dos mercados agropecuários convencionais, que limita a autonomia dos agricultores familiares em termos produtivos e comerciais, tem impulsionado o surgimento de formas cooperativas alternativas. As CDAF buscam diminuir a dependência econômica impostas pelas cadeias longas de comercialização e os pacotes tecnológicos atrelados aos cultivos de *comodities*. A metodologia do trabalho tem caráter qualitativo e exploratório, empregando como instrumentos de pesquisa a revisão bibliográfica acerca do cooperativismo, comercialização dos produtos agropecuários e desenvolvimento territorial sustentável; pesquisa documental; e visitas de campo em 06 cooperativas do território do Extremo-Oeste Catarinense. Recorreu-se a métodos de observação e efetuadas entrevistas semiestruturadas com dirigentes e técnicos das organizações visitadas. Conclui-se que ao contrário de outros formatos cooperativos brasileiros, o modo de funcionamento das CDAF não segue padrões pré-estabelecidos. Notou-se a presença de estratégias de governança e formatos organizacionais e operacionais diversificadas entre as cooperativas pesquisadas. Canais de comercialização alternativos, como os circuitos curtos de comercialização, contribuem para a construção de novos mercados de produtos alimentares e não alimentares, algo que contribui para a aumentar o consumo de alimentos mais saudáveis pela população urbana e a sustentabilidade dos territórios rurais. Além disso, os associados das organizações pesquisadas se inserem num mosaico de outras relações socioeconômicas que coexistem nos territórios, criando um cenário favorável, mas também desafiador para a reprodução das CDAF.

Palavras-chave: cooperativas descentralizadas, circuitos curtos de comercialização, agricultura familiar.

Abstract

The work goal to describe and distinguish the functioning of the Decentralized Family Farming Cooperatives (CDAF) in Santa Catarina, taking into account the socioeconomic conditions of members and the sustainability of rural territories. In recent years, the dynamics of conventional agricultural markets, which limit the autonomy of family farmers in productive and commercial terms, have driven the emergence of alternative cooperative forms. CDAF seek to reduce the economic dependence imposed by long marketing chains and technological

packages linked to commodity crops. The work methodology has a qualitative and exploratory character, using as research instruments a bibliographical review on cooperativism, commercialization of agricultural products and sustainable territorial development; documentary research; and field visits to 06 cooperatives in the Far-West region of Santa Catarina. Observation methods were used and semi-structured interviews were carried out with directors and technicians of the organizations visited. It is concluded that unlike other Brazilian cooperative formats, the way CDAF operates does not follow pre-established standards. The presence of diverse governance strategies and organizational and operational formats was noted among the cooperatives researched. Alternative marketing channels, such as short marketing circuits, contribute to the construction of new markets for food and non-food products, something that contributes to increasing the consumption of healthier foods by the urban population and the sustainability of rural territories. Furthermore, the members of the organizations researched are part of a mosaic of other socioeconomic relationships that coexist in the territories, creating a favorable but also challenging scenario for the reproduction of CDAF.

Key words: *decentralized cooperatives, short food supply chains, family farming.*

1. Introdução

Na década de 1990, a agricultura familiar (AF) brasileira deixou de ser relegada ao segundo plano e passou a ser reconhecida como uma categoria social de importância estratégica para a segurança alimentar e o desenvolvimento dos territórios rurais do país. Contudo, o reconhecimento institucional, expresso pela formulação de políticas públicas específicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tem se revelado insuficiente para superar as barreiras históricas que limitam a reprodução social da AF em diferentes condições socioeconômicas e ambientais existentes no país. Embora a ação pública já contribua para contornar algumas ameaças a sua sobrevivência econômica, as novas dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável exigem que se contemple aspectos que vão além das demandas tradicionais da agricultura comercial, tais como crédito rural, preços mínimos, etc. É imperativo se garantir às unidades familiares outras condições para a reprodução de suas atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para fins mercantis e para autoconsumo, assim como é vital fortalecer os espaços de organização e reprodução de relações socioeconômicas nas quais a AF está normalmente conectada (SCHNEIDER, 2009; SILVA; NUNES, 2022).

Os desafios enfrentados para isso são diversos, já que as particularidades vivenciadas por cada família agricultora criam diferentes interfaces com o modelo de desenvolvimento econômico implantado a partir da década de 1960, orientada por pacotes tecnológicos e processos econômico-comerciais que induz, por vezes, ações pautadas numa lógica valorativa do empreendedorismo de caráter individual, mas dependente dos canais de comercialização e de formas contratuais observadas em cadeias longas. A modernização alterou diversos processos de gestão das unidades produtivas da AF visando incrementar a produtividade agrícola, muitos dos quais diminuíram a autonomia e capacidade de administrar suas atividades (CAPELLESSO *et al.*, 2016; SPANEVELLO *et al.*, 2019). A AF precisou ser capaz de enfrentar o *treadmill*, que resulta em necessidades crescentes em termos de escala produtiva e de capital para ampliar os investimentos. Nessa direção, como observado no caso europeu, tais problemas da AF não decorrem de uma suposta falta ou reduzida capacidade de integração aos mercados globais, mas também em virtude deles, o que exige a adoção de estratégias de afastamento (PLOEG, 2008). Além disso, nos últimos anos a AF passa a enfrentar problemas

decorrentes da degradação ambiental, expansão das monoculturas, envelhecimento do campo, êxodo rural e outros desafios que suscitam questionamentos sobre o futuro dos territórios rurais (FREITAS *et al.*, 2021).

É nesse quadro de transformações, desafios e situações contraditórias, que os agricultores e as organizações que atuam em torno da AF têm explorado novas estratégias mercantis e novos modelos organizacionais de ação coletiva. Procuram assim aprimorar suas habilidades de cooperação para estabelecer sistemas institucionais mais propícios às suas condições sociais, econômicas e políticas (SENNET, 2012; MIOR *et al.*, 2019). Uma das iniciativas observadas em territórios catarinenses que decorre desse processo de inovação organizacional é a criação das cooperativas descentralizadas da agricultura familiar (CDAF).

A literatura destaca que as CDAF vêm contribuindo para: a) melhorar a capacidade de negociação dos agricultores nos processos de compra e venda; b) valorizar a ligação com o consumidor, através da distribuição e venda de produtos em circuitos curtos de comercialização (CCC), pelos quais se envolve o mínimo de intermediários possível, promovendo uma relação direta ou mais próxima entre produtores e consumidores (ESTEVAM; MIOR, 2014). Além do potencial de promover um comércio justo, ao tornar os alimentos mais acessíveis aos consumidores, os CCC são valorizados por promoverem a sustentabilidade dos agricultores de base familiar (DAROLT, 2013; GELBCKE *et al.*, 2018).

Em Santa Catarina, a formação das CDAF apareceu, portanto, como uma estratégia para que os agricultores tenham mais liberdade para produzir e comercializar seus produtos, o que inclui também o reconhecimento dos processos artesanais e do “saber-fazer” tradicional na produção (ESTEVAM; MIOR, 2014). Neste sentido, elas desempenham um papel importante na preservação da cultura e da tradição agrícola do território, promovendo a produção de alimentos de alta qualidade e o uso de práticas agrícolas sustentáveis. As CDAF são consideradas inovações organizacionais de cunho construtivo e incremental, pois muitas vezes derivam de outras redes de cooperação já presentes nos territórios, tais como condomínios, associações e cooperativas agropecuárias tradicionais focadas em produtos específicos (MIOR *et al.*, 2014a).

O trabalho tem como objetivo descrever e distinguir o funcionamento das Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar (CDAF) de Santa Catarina em relação a outros modelos organizacionais cooperativos, tendo em conta as condições socioeconômicas dos associados e a sustentabilidade dos territórios rurais. O texto foi formulado em seis seções, incluindo esta introdução. A seguir é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa exploratória, que serviu de base para a elaboração deste artigo, e elementos para a caracterização da região da Amoesc, onde foram aplicadas as entrevistas. Nas duas partes seguintes é sintetizada a revisão bibliográfica, destacando alguns aportes preliminares da forma de organização da agricultura familiar em cooperativas descentralizadas e sobre a questão da relação com os circuitos curtos de comercialização (CCC) no mundo da produção da agricultura de base familiar. Na sequência, os resultados e discussões sobre o material coletado nas entrevistas exploratórias. Por último, as considerações finais trazem algumas reflexões sobre o papel das cooperativas descentralizadas e os CCC na sustentabilidade da agricultura familiar.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho pautaram-se pela abordagem qualitativa e exploratória. Estão baseados fundamentalmente na revisão da literatura, pesquisa documental, métodos de observação e entrevistas. O trabalho de campo aborda o estudo de cooperativas descentralizadas da Agricultura Familiar localizadas no Extremo-Oeste

Catarinense. As entrevistas foram feitas com dirigentes e técnicos destas organizações, guiadas por roteiro semiestruturado, com questões abertas e fechadas, dividido em seções visando propiciar melhor compreensão das estruturas organizativas e das ações de cooperação. O levantamento de dados de campo foi realizado no período de 09 a 11 de outubro de 2023. A amostragem partiu de um levantamento de organizações por atores locais, reconhecidas por terem protagonismo nos territórios onde estão inseridas. Ao todo conduziu-se seis entrevistas com lideranças de cooperativas que poderiam ser caracterizadas como descentralizadas.

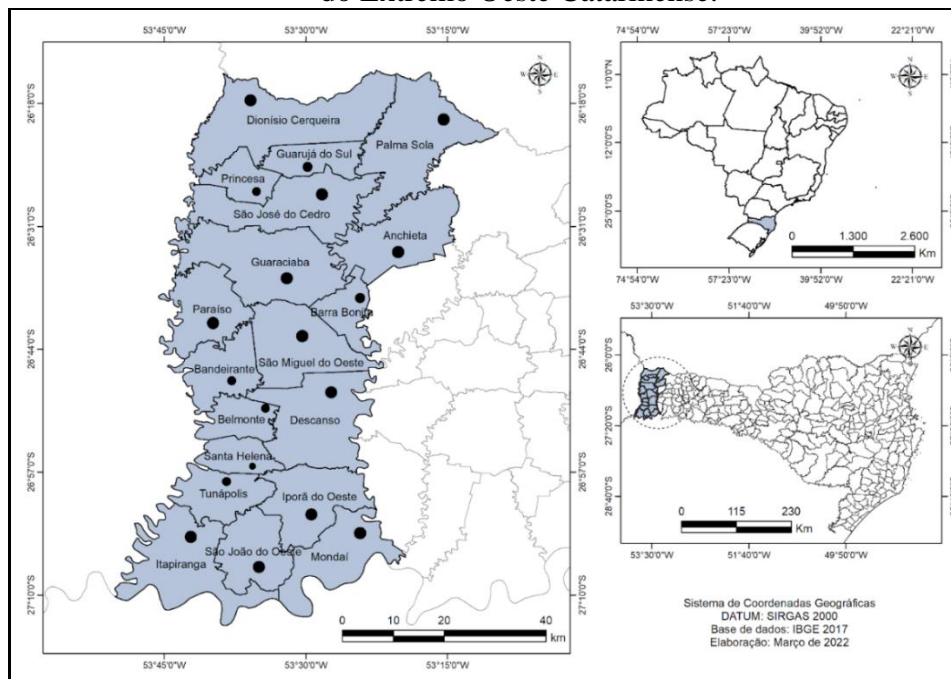
A pesquisa¹ foi realizada nos municípios de São Miguel do Oeste, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Anchieta e Itapiranga. Estes municípios estão localizados na área de atuação da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (Ameosc). As entrevistas foram aplicadas em dirigentes e técnicos das cooperativas, sendo as questões relativas ao histórico da organização, os objetivos, as principais estratégias operacionais de comercialização e para tomada de decisão. Todas as organizações pesquisadas são CDAF indicadas por agentes locais e são vistas como empreendimentos que contribuem para fortalecer, social e economicamente as famílias agricultoras. Essas indicações demonstram também que a ação coletiva tem sido uma estratégia recorrente adotada pelos atores locais para lidar com seus problemas.

Atualmente, a região da Ameosc é composta por 19 municípios (Figura 1). Em dezembro de 2022, a população recenseada nos estabelecimentos particulares desse território foi de 179.763 habitantes, indicando um aumento de 5,8% em comparação com o total registrado no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010, 2024). Desse número, em 2010, cerca de 40% residiam na área rural, um percentual significativamente superior à média nacional (15%) e à média estadual de Santa Catarina (16%). Apesar da relevância do espaço rural, muitas famílias enfrentam desafios econômicos para manter suas atividades produtivas. Essas dificuldades afetam tanto aqueles envolvidos em cadeias tradicionais, quanto os que se dedicam para gerar novas experiências.

Apesar das diversas transformações econômicas e demográficas, as ações coletivas mantêm-se proeminentes no território. Enquanto apenas 11,4% dos agricultores recenseados em todo o país declaram ser associados a cooperativas, esse índice atinge 53,7% dos estabelecimentos na região (IBGE, 2019). Embora um grande contingente seja associado às grandes cooperativas de produção agropecuária e de crédito, ao longo da última década, surgiram novas organizações focadas principalmente na comercialização de leite. Tais organizações vêm proporcionando aos agricultores acesso a preços mais vantajosos e facilitando o acesso a insumos. Ao comparar seus associados com os dados do IBGE, essas cooperativas possibilitam a venda coletiva da produção para aproximadamente 20% dos estabelecimentos agropecuários do território.

¹ Os resultados preliminares fazem parte do projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável: Interfaces entre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais, mercados e marcas territoriais”, que foi coordenado pelo professor Ademir Antônio Cazella da Universidade Federal de Santa Catarina e financiado pelo edital de chamada pública FAPESC Nº 12/2020, executado entre 2020 e 2023.

Figura 1 - Localização dos dezenove municípios que compõem a Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Lauermann (2023), adaptado pelos autores.

Por algum tempo, essas cooperativas singulares receberam suporte de uma cooperativa central, o que facilitava a troca de experiências e a captação de recursos para apoiar ações conjuntas entre os cooperados. Ainda que essa intercooperação tenha sido proveitosa, por diversos motivos, ela perdeu expressividade nos últimos anos (CAPELLESSO *et al.*, 2022). Importante frisar que as cooperativas que compõem esse modelo descentralizado, têm, na sua maioria, optado pela não filiação à Ocesc [Organização das Cooperativas de Santa Catarina] tendo realizado apenas o registro do ato constitutivo na Junta Comercial” (GHELLERE; FIALHO; MIOR, 2014).

Paralelamente à criação de organizações formais, como cooperativas, a ação coletiva protagonizadas pelos atores locais se manifesta em outras iniciativas. Na região, destaca-se a presença do Fórum de Economia Solidária, que desempenha um papel crucial na organização e comercialização de empreendimentos voltados à produção de artesanato, de alimentos *in natura* e agroindustrializados. As atividades agropecuárias mais inovadoras contam com o respaldo de associações de produtores, que buscam facilitar o acesso à informação. Em municípios que realizam feiras, os agricultores se unem em associações para estabelecer regras e regulamentos de funcionamento desses espaços. A colaboração entre os diversos atores também se estende ao âmbito público, evidenciada pelos colegiados temáticos da Ameosc, que desempenham um papel crucial ao orientar a ação pública municipal na região (LAUERMAN; CAPELLESSO; GAZOLLA, 2022).

3. O surgimento das Cooperativas Descentralizadas da Agricultura Familiar

As organizações cooperativas são expressões de ação coletiva formadas por pessoas, que atuam com o objetivo de prestar serviços aos seus integrantes, em forma de ajuda mútua (DRUMOND, 2010). Embora há muito tempo grupos informais já praticassem a cooperação em várias partes do mundo, a forma mais importante de formalização desses empreendimentos

ocorreu no século XIX, na Europa, com o surgimento das cooperativas. Esse tipo de organização coletiva ganhou reconhecimento internacional pela ação inédita dos moradores de Rochdale, Inglaterra, que para constituir seu empreendimento coletivo registraram uma série de princípios e valores num documento orientador de sua doutrina e modo de ação. Assim, como os probos de Rochdale, boa parte dos agrupamentos coletivos, como as primeiras cooperativas, reúne pessoas desejosas de encontrar soluções alternativas para (sobre)viver com mais dignidade, gerando produtos, serviços e renda para si e para os seus pares (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021).

O sucesso de várias experiências cooperativas, que seguiram os ensinamentos de Rochdale, ampliou o número de organizações similares, primeiro na Europa e depois em outros continentes (NAMORADO, 2013). No interior de Santa Catarina, as cooperativas foram historicamente criadas pelos agricultores familiares que se estabeleceram em suas terras durante as primeiras décadas do século XX. As primeiras cooperativas desejavam alcançar maior autonomia, superar gargalos produtivos e gerar valor para as atividades comerciais que desenvolviam². Tais organizações tiveram papel relevante no desenvolvimento de muitas regiões catarinenses, contribuindo para que o estado tenha um dos melhores indicadores sociais e econômicos do país (FORNECK; MAYER; KERN, 2022).

Nos últimos anos, o papel desempenhado pela AF catarinense vem sendo afetado pelas mudanças das cadeias agroalimentares globais de *commodities* que operam nos territórios rurais. Apesar do aumento do valor comercializado, ao se dimensionar o número de pessoas envolvidas, essa categoria tem diminuído sua participação nas cadeias produtivas tradicionais, reflexo da entrada de novos parâmetros de tecnologia e modelos de produção, que tornam impossível a permanência de vários agricultores familiares.

Para Marie (2019), ao atuarem em cadeias tradicionais, as cooperativas enfrentam um dilema entre a lógica da competitividade de mercado e o potencial alternativo intrínseco à política interna e aos resultados sociais esperados. Por estarem inseridas no mundo ordenado por preceitos do capitalismo, as cooperativas convivem com a tensão gerada pelos processos de competição que se estabelecem entre as empresas que lutam por sua sobrevivência econômica nos mercados em que atuam. Nesse meio, as cooperativas acabam concorrendo com organizações que não seguem os mesmos princípios, valores e nem precisam defender uma marca de reconhecimento mundial que está associada à sua identidade.

Para levar adiante essa tentativa de sobreviver ou ganhar expressividade no meio econômico, muitas cooperativas acabam recorrendo a modelos de gestão adotados por essas empresas não cooperativas, num processo denominado de isomorfismo institucional (DIMAGGIO P.; POWELL W., 1983; LEVI, 2000). Ou seja, tal situação pode levar as cooperativas a passar a raciocinar de modo estritamente utilitarista e com foco nas lógicas mercantis, o que muitas vezes, descaracteriza a sua essência e restringe suas potencialidades.

A CDAF é uma forma de organização em que os membros participantes podem estar localizados em diferentes regiões, cidades ou até mesmo países, e se unem em redes para alcançar objetivos comuns. Ao contrário de uma cooperativa centralizada, em que todos os produtos *in natura* ou processados são concentrados em um único local, a cooperativa descentralizada mantém quase todas essas atividades nas unidades produtivas de seus

² A ampla maioria dos agricultores familiares catarinense é formada por descendentes de imigrantes europeus, os quais trouxeram a bagagem cultural do cooperativismo e a mobilizaram para construir experiências de enfrentamento aos desafios em um novo continente. Como destacado na caracterização da região de estudo, a inovação não é a cooperação, mas as formas como ela vêm ocorrendo.

associados. Além de produzir, processar e comercializar os produtos de seus cooperados, esse modelo promove a descentralização de poder e das decisões.

A formação das CDAF em Santa Catarina foi concebida no ano de 1998, a partir da iniciativa de um grupo de técnicos de instituições públicas e de organizações não governamentais (ONGs), que elaboraram uma proposta inovadora para integrar os pequenos agricultores e suas atividades no mercado formal. No limiar do novo milênio, Bialoskorki Neto (2001) já orientava os estudiosos do cooperativismo agropecuário a prestarem atenção em uma nova geração de organizações que estava surgindo. Eram as cooperativas virtuais que tinham poucos produtores rurais afiliados e atuavam sem estruturas físicas. Elas comercializavam quantidades reduzidas de produtos agropecuários, porém com elevados e distintos níveis de qualidade, direcionados a segmentos específicos do mercado. No Oeste Catarinense, esse tipo de organização foi chamado primeiramente de “Cooperativas da Agricultura Familiar”. Já na região Sul de Santa Catarina, foram nomeadas de “Cooperativas Virtuais ou Não Patrimoniais”, por não possuírem bens próprios. Mais tarde, com o objetivo de uniformizar o movimento, essa categoria de cooperativa recebeu a nomenclatura de “Cooperativas Descentralizadas” (MIOR *et al.*, 2014a).

A adjetivação descentralizada procura marcar as diferenças das cooperativas tradicionais, que trabalham com a premissa de adquirir economias de escala nos processos de produção e de comercialização. As cooperativas de produção singulares mais antigas trabalham com unidades agroindustriais centralizadas, onde a infraestrutura para armazenar o processamento dos produtos, industrialização e comércio é formada em constitutivos da cooperativa, ou em filiais segundo uma coordenação centralizada (MIOR *et al.*, 2014b). Já as cooperativas descentralizadas são resultado de iniciativas de agricultores que se contrapõem aos sistemas tradicionais, viabilizando uma forma alternativa de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar (ESTEVAM; MIOR, 2014). As CDAF conseguem operar sem grandes investimentos em infraestrutura nas sedes das cooperativas.

O modelo organizacional das cooperativas descentralizadas foi estabelecido para dar uma melhor solução para os problemas relacionados com a armazenagem, processamento e comercialização em pequena escala. No caso das agroindústrias familiares (AIFs), ao trabalharem com núcleos descentralizados nos territórios rurais, algumas unidades estão instaladas originalmente nas propriedades dos agricultores familiares. Quando elas se associam numa CDAF os processos não ocorrem numa sede física criada pela cooperativa. Elas continuam se dando nas plantas de processamento das agroindústrias dos associados. No entanto, os agricultores individuais ou grupos associados transferem o controle jurídico dessas estruturas para a cooperativa, por meio de contratos de comodato. Assim, para fins legais, são as cooperativas que estão operando as agroindústrias, o que permite a todos os associados que operam as AIFs possam utilizar as mesmas marcas, selos e outros serviços de apoio fornecidos pela sua cooperativa.

Ao operar estruturas descentralizadas, as CDAF preservam melhor a autonomia de cada cooperado. Embora todos continuem trabalhando com seus produtos, para operarem com a marca e registros da Cooperativa é necessário que os agricultores entrem em acordo para a criação de regras e padrões comuns. Além disso, por sua natureza descentralizada, em tese, os métodos de decisão e as formas de gestão empregados nas CDAF tornam-se mais democráticos e participativos. Ademais, as CDAF possuem outros elementos importantes na vida comunitária, tal como a possibilidade de preservar o contato direto entre os produtores e consumidores, já que a maioria dos associados faz a comercialização de seus produtos em mercados de proximidade. Pesquisas realizadas em Santa Catarina evidenciam que as CDAF mantêm o protagonismo destes atores na formação e andamento de suas organizações, e com

isso conseguem manter ativas as parcerias com diversos agentes de assistência técnica e de apoio sociopolítico: Epagri, Universidades, prefeituras municipais, sindicatos rurais, ONGs, entre outros (BUSSARELLO; WATANABE; BUSARELLO, 2014; ESTEVAM *et al.*, 2014).

Como esse tipo de cooperativa não tem como objetivo principal o aumento de escala, interessa aos agricultores poder comercializar suas mercadorias sem temer a perda de seus direitos como agricultores (ESTEVAM; MIOR, 2014). Assim eles estão inseridos em diversas cadeias curtas ou formas tradicionais de comercializar os produtos agrícolas – como feiras livres, vendas diretas e mercados institucionais. Com a sua abordagem flexível e focada na valorização dos membros, essas cooperativas favorecem a construção de relações de confiança, a troca de conhecimentos e o fortalecimento da economia local.

Em síntese, a natureza econômica que sustenta essas estruturas pode ter diferentes origens. Mas na maioria dos casos advém de um conjunto de experiências alternativas conduzidas pelos agricultores que se agrega a ação de um agente externo (ex. ONG, ATER, Universidade, movimento social). Essa convergência busca criar meios para viabilizar o acesso da AF a serviços e canais de comercialização (institucional ou em mercados alternativos). As CDAF são resultado da própria atividade produtiva do agricultor que necessita se aliar a outros agricultores para garantir sua sustentabilidade e preservar sua identidade com AF.

É importante entender que as CDAF se somam a um conjunto de iniciativas de ação coletiva ligadas a AF que surgiram na última década no Extremo-Oeste catarinense. Essas iniciativas formam um mosaico de atividades e de desenhos organizacionais que atuam em cadeias tradicionais e alternativas em favor dos agricultores associados. No caso das cadeias produtivas tradicionais o objetivo normalmente é preservar a produção em volumes menores e aumentar o poder de barganha dos agricultores diante dos diferenciais de preço por volume que são praticados pelas empresas – em que são pagos maiores valores por unidade de produto para atrair maiores produtores (CAPELLESSO; CAZELLA, 2015). Embora a base econômica inicial possa estar em uma cadeia tradicional, os cooperados e suas direções também se mobilizaram para atuar em atividades alternativas às *commodities*. Nesse sentido, algumas cooperativas acabam se reestruturando para apoiar atividades dos associados vinculadas aos circuitos curtos de comercialização (CCC), por meio das pequenas agroindústrias dos associados, incentivos à conversão dos sistemas produtivos para o orgânico, criação de novos espaços de venda direta, formalização de projetos via o CNPJ da cooperativa para fornecer produtos para mercados institucionais, etc. Ao focalizar nessas experiências alternativas que envolvem direta ou indiretamente as CDAF, o próximo tópico discutirá mais detalhadamente os CCC onde essas cooperativas atuam, tendo em conta a promoção de uma agricultura de base mais sustentável.

4. Circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar

A segunda metade do Século XX foi caracterizada por profundas transformações no setor agropecuário do Brasil, gerando impactos diversos diante da grande diversidade sociocultural e ambiental do país. No caso da região Sul, as famílias de agricultores foram estimuladas a substituir a produção de alimentos orientada pelo autoconsumo, típico do modo de produção camponês, por sistemas produtivos de matérias-primas prioritariamente direcionadas à venda mercantil e inseridas em cadeias produtivas longas. Esse processo de integração aos mercados, muitas vezes de alcance internacional, deu-se tanto na venda de produtos, quanto na compra de insumos, máquinas e equipamentos utilizados para estruturar os sistemas de produção. Por uma série de fatores sociais, econômicos, ambientais e institucionais esse processo de conversão ocorreu de forma muito desigual entre as famílias agricultoras

catarinenses. Enquanto uma parte delas se especializou segundo o referencial das cadeias de *commodities*, outras não quiseram ou não puderam fazer o mesmo caminho, pois não dispunham de recursos compatíveis para alcançar os níveis de escala exigidos. O resultado se expressa em um cenário de coexistência de famílias (ou de atividades distintas dentro de mesma unidade produtiva), orientadas por diferentes referenciais tecnológicos, que oscilam entre sistemas intensivos em termos produtivos e um leque variado de sistemas alternativos que se contrapõem às cadeias tradicionais (CAPELLESSO *et al.*, 2016; MEDEIROS *et al.*, 2017)³.

Sabourin (2014) discute os desafios que surgem para se estabelecer um valor de troca considerado adequado e equitativo entre produtor e consumidor. O autor argumenta sobre as contradições entre o sistema de reciprocidade⁴, que leva em conta as necessidades das pessoas, e o sistema de troca vigente na lógica mercantil capitalista, que favorece a acumulação particular do lucro. Esse olhar realça as dificuldades que os vários tipos de agricultura familiar existentes no Brasil possuem para obterem acesso a mercados diversificados, moldados por particularidades socioeconômicas (SABOURIN, 2009). Esses atributos específicos incluem a predominância do labor familiar e a integração entre lares e unidades de produção (PLOEG, 2008). Em seu caráter impessoal, o capitalismo demonstra pouca preocupação com valores éticos ou com a busca por um projeto mais equitativo para todos, deixando de lado as responsabilidades e com a justiça entre atores que interagem nos meios mercantis tradicionais. A responsabilidade está ligada às necessidades dos consumidores (não restrita à qualidade dos produtos comercializados), enquanto a justiça está relacionada a noção de preço justo⁵ (SABOURIN, 2014).

Diversas externalidades negativas da agricultura produtora de *commodities* em relação à sustentabilidade são observadas no meio rural catarinense. Dois desses efeitos são a padronização e empobrecimento dos sistemas alimentares e a homogeneização das paisagens. Em função disso, nos últimos anos foram criadas muitas “redes de cooperação” em torno da AF, que vão desde a retomada da produção agroindustrial de pequena escala para produtos diferenciados (agroecológicos, artesanato, turístico, etc.), até outras formas de se buscar o reconhecimento e capacidade de manter a diversidade produtiva e a autonomia da AF. Para Darolt (2013), as iniciativas do CCC possuem valores – como independência, fraternidade, segurança alimentar, equidade social, preservação da cultura e respeito às tradições territoriais (locais, regionais) – que podem ser integrados nas interações entre produção e consumo. Por isso é interessante se pensar nos CCCs como estruturas que não “tomam os agricultores como simples fornecedores de mercadorias, [mas sim um processo que] resulta na (re)construção de mercados mais territorializados, onde se observam possibilidades reais de um controle mais efetivo por parte dos agricultores familiares” (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 80).

³ Em paralelo às opções de inclusão produtiva da AF acima destacadas, parcialmente reconhecidas e apoiadas por políticas públicas específicas, existe ainda aquilo que Cazella *et al.* (2016) demonstram: a presença de um contingente crescente de famílias residentes no espaço rural que declaram não depender economicamente das receitas oriundas da produção e para as quais a ação pública tem se voltado mais à assistência social e menos ao crédito rural ou apoio às atividades produtivas e às ligadas ao processamento e a comercialização agropecuária.

⁴ “[...] reciprocidade é o princípio social e econômico de reprodução mútua de prestações (entre outras dádivas), identificado por Mauss (1924) e qualificado como sistema econômico diferenciado da troca (mercantil) por Polanyi (1944, 1957)” (apud SABOURIN, 2014, p. 22). Assim, é possível distinguir a troca da reciprocidade da seguinte forma: a operação de troca envolve a permutação de objetos, ao passo que a estrutura de reciprocidade representa uma relação mudável entre sujeitos (SABOURIN, 2014).

⁵ Um preço justo é aquele considerado aceitável pelo consumidor de um produto essencial, não sendo determinado por alguém que detenha uma posição de poder (SABOURIN, 2014).

A utilização do termo circuito curto (CC) vem dos representantes da esfera agroalimentar na França, cujo o setor tem empregado o conceito para descrever os sistemas de distribuição que envolvem, no máximo, um único intermediário entre o produtor e o consumidor (CHAFFOTTE; CHIFFOLEAU, 2007). O autor destaca as duas formas distintas que o circuito curto apresenta:

[...] a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local) (DAROLT, 2013, p. 142).

A partir do domínio local e da relação direta entre compradores e vendedores, os CCC podem contribuir na formação de mercados emergentes (alternativos)⁶, o que também evidencia sua capacidade para a ressocialização do alimento no contexto dos consumidores. Estes mercados são apoiados em particularidades nos quais ocorre uma reestruturação política da atribuição do lugar e das relações próximas entre consumidores e produtores (CONTERATO *et al.*, 2011). Os CCC e as manifestações sócio-culturais que podem surgir nesses processos de ação coletiva se encaixam bem nestas dinâmicas, já que eles podem se vincular aos processos de valorização da territorialidade, em que o costume, a origem ou o modo de produção são únicos, tornando-os os seus maiores atrativos (CONTERATO *et al.*, 2011). Os CCC podem reaproximar consumidores e produtores de alimentos, incentivando ao desenvolvimento territorial (DAROLT, 2013), já que são “socialmente controlados [...] mediante suas redes e organizações ou cooperativas de consumo” (SABOURIN, 2014, p. 28).

Os momentos de interação direta propiciam o surgimento de conexões humanas, incluindo conversas e explicações sobre o produto, os processos e as receitas. Essas interações também cultivam sentimentos de proximidade, amizade, confiança e fidelidade entre produtor e consumidor. Quando a venda direta não é possível, surge o papel do intermediário, que possibilita a criação de uma relação de reciprocidade através do conhecimento mútuo e de informação detalhadas sobre a qualidade do produto e do produtor, bem como a solidez financeira e qualidade do comprador (SABOURIN, 2014).

Os CCC estão intrinsecamente ligados à agricultura familiar, representando uma importante alternativa de escoamento da produção e geração de renda para muitos agricultores familiares. Esses circuitos promovem uma relação direta entre produtores e consumidores, eliminando ou reduzindo significativamente os intermediários, o que resulta em benefícios tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Para os agricultores familiares, os circuitos curtos permitem obter preços mais justos pelo seu trabalho, além de facilitar a inserção de produtos diferenciados e de qualidade no mercado. Por sua vez, os consumidores têm acesso a alimentos frescos, saudáveis e produzidos localmente, ao mesmo tempo em que conhecem a origem e os métodos de produção dos produtos que consomem (DAROLT, 2013; GELBCKE *et al.*, 2018).

As práticas de trocas e reciprocidade estão presentes nos circuitos curtos, como a venda direta, mercados de produtores e de proximidade. A essa aproximação se somam outras soluções de inserção de produtos da pequena propriedade, como os instrumentos ou políticas

⁶ Deve-se reconhecer os mercados como o espaço de movimentação de mercadorias, mas o essencial é que eles não se manifestam como estruturas prévias à ação, pois é na natureza processual e performativa que os atores concretizam e constroem os mercados. Assim sendo, não podem ser entendidos como arenas impessoais, uma vez que surgem de interações reais (CONTERATO *et al.*, 2011).

públicas de regulação, os mercados institucionais (ou mercados públicos)⁷ (SOBOURIN, 2011). O mercado institucional desempenha um papel crucial nas cadeias curtas de comercialização, inserindo-se estrategicamente como elos fundamentais na interconexão entre produtores e consumidores. Apesar de exigirem um contrato formal, por assumirem caráter de estruturas mais diretas, os mercados institucionais atuam como facilitadores eficientes, proporcionando um ambiente onde organizações – como restaurantes, escolas e hospitais –, podem adquirir produtos diretamente dos produtores locais.

5. Resultados e Discussões

As entrevistas realizadas neste estudo foram aplicadas com os dirigentes e técnicos das cooperativas, nas quais os entrevistados relataram todo o histórico do início da organização dos produtores, a fundação da cooperativa, os objetivos e as principais estratégias de comercialização e tomada de decisão. Todas as instituições pesquisadas são da agricultura familiar. Os relatos apontam que a base da organização dos agentes locais em estruturas de cooperação se deu para fortalecer, social e economicamente, as famílias envolvidas nesta categoria, através da formalização jurídica de representação da ação coletiva. Verificou-se que esse engajamento ocorreu visando principalmente facilitar a inserção dos produtos oriundos da agricultura familiar em diversos mercados convencionais e alternativos.

A atuação em mercados convencionais⁸ se expressa em duas cooperativas, bem como na origem de uma terceira, quando da organização de produtores para comercialização coletiva de leite. Inicialmente muitos agricultores criaram grupos informais para negociação coletiva, mas esses se desestruturaram pela ação das empresas, que assediavam alguns dos agricultores com ofertas mais atrativas. Nesse caso, a criação de cooperativas representou uma forma mais estável de representação dos produtores em mesas de negociação com os laticínios. A possibilidade de agir nesse mercado está relacionada ao contexto de expansão na capacidade de beneficiamento regional do produto, que era muito maior que o volume de produção então disponível. Para evitar ociosidade de suas plantas, algumas empresas passaram a pagar preços mais elevados para atrair produtores de maior volume, criando-se um diferencial de preços pagos aos produtores. Sem distinguir qualidade, em 2014, os diferenciais por litro em função da quantidade passavam de 50% do valor (CAPELLESSO; CAZELLA, 2015). Ao agrupar, sobretudo, os produtores de menores volumes, as cooperativas conseguiam um preço intermediário entre os menores e maiores produtores que atuavam isolados. Ao direcionar pequena parte dessa diferença para viabilizar economicamente as estruturas administrativas,

⁷ “Os mercados públicos (chamados também de “institucionais” no Brasil) são mercados a preços garantidos. Constituem um instrumento de política pública de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade” (SABOURIN, 2011, p. 210). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são casos de mercados públicos. O PAA adquire, a preços garantidos, uma variedade de produtos provenientes da agricultura familiar. Isso engloba desde cultivos alimentares que não demandam o uso de crédito até produtos transformados nas unidades, como queijos, doces, açúcar mascavo, entre outros (SABOURIN, 2011). O PNAE tem o objetivo de garantir a alimentação escolar adequada aos alunos da educação básica. Ele prioriza a aquisição de produtos da agricultura familiar, incentivando a participação dos agricultores locais (BRASIL, 2024).

⁸ Nos mercados tradicionais (convencionais), a mercantilização é reinante. Suas interações são predominantemente competitivas, centradas no preço e na formalização de contratos, e o escopo espacial não se restringe ao contexto local ou regional. Como resultado, os produtos ou mercadorias não possuem vinculações específicas com algum local e desfrutam de distribuição em âmbito estadual e nacional. (SCHNEIDER, 2016).

cerca de 20% dos produtores da região se vincularam a CDAF, em sua maioria com abrangência municipal.

Essa atuação em mercados convencionais ocorre na interação com agentes econômicos com distintos valores e atitudes. Expressando a diversidade, algumas organizações estabeleceram um preço equivalente por litro para seus associados, independente do volume produzido. Outras mantiveram diferenciais por litro, mas elevando o preço que cada associado receberia, se negociando individualmente. Ao ampliar o escopo de atuação, algumas organizações passaram a ofertar outros serviços, com destaque para a venda de insumos e oferta de assistência técnica. Mesmo atuando em mercados ligados a cadeias convencionais, essas organizações encontraram margem de manobra para inovar. Algumas cooperativas passaram a realizar registro de preços *on line* de insumos, comprando das empresas que ofertavam a melhor custo e os repassando aos produtores com uma menor margem. O acesso a menores preços, especialmente em produtos de uso menos frequente (que os agentes econômicos utilizam uma maior margem), passou a ser significativo. Em uma entrevista, o cooperado relatou a fala de um empreendimento concorrente: “e daí o cara dessa agropecuária, o dono, ele disse para nós aqui. Ele falou bem assim, vou usar as palavras dele: ‘o câncer da nossa cidade é essa [cooperativa⁹]’. Ele disse, que fez os preços, a nossa margem baixar” (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Os relatos indicam que a cooperação agrícola vem sendo vista e incentivada como mecanismo para melhorar as condições produtivas e comerciais – compra de insumos, acesso à infraestrutura e melhores disposições de venda da produção. De acordo com Silva e Nunes (2022), o benefício em torno dos meios produtivos e comerciais envolve a diminuição na dependência das relações estabelecidas nos mercados, podendo resultar no aumento da produtividade e da renda adquirida nos estabelecimentos de agricultura familiar. Sobre a compra conjunta de insumos, um dirigente de cooperativa declarou: “Porque eu acho que se não tivesse a [cooperativa em nosso município], tinha muito produtor comprando os produtos, os insumos, os medicamentos muito caros. Sim, sim. Então, depois que ela surgiu aqui, acho que deu uma balizada, né? Sim.” (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

O atendimento de produtores com menor escala e os desafios para atuar nas cadeias tradicionais suscitou a reflexão das lideranças. A criação de uma central de cooperativas contribuiu ao aproximar pessoas com problemas em comum, favorecendo a troca de informações e o encaminhamento de ações coletivas na região durante alguns anos. As experiências gestadas em cada local eram compartilhadas, podendo ser reproduzidas nos outros municípios. A busca por alternativas ocorreu tanto na cadeia do leite, como o projeto de fomento ao leite orgânico, como no suporte a outras atividades produtivas dos agricultores – tanto de hortifrutigranjeiros, grãos e agroindustrialização.

Nas reuniões da equipe de dirigentes e parceiros, uma ação importante consistiu na busca por ampliar a assistência técnica aos produtores, visto que a ATER pública conta com profissionais em quantidade inferior às demandas. No diálogo entre as organizações, uma possibilidade encontrada consistiu no estabelecimento de uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Contudo, como destacado durante as entrevistas, essa proposta não era de aprovação geral na região e houve organizações que optaram por continuar a atuar sem apoio do Sebrae.

A margem de manobra criada pelo contexto de atuação em mercados convencionais foi aproveitada para embasar um período de forte expansão de CDAF. Contudo, a busca pela

⁹ Nome da cooperativa ocultado para garantir o sigilo da fonte.

maximização dos benefícios levou alguns dirigentes a desconsiderar os riscos relacionados às oscilações de mercado e a possíveis falhas operacionais.

A oscilação dos preços afetou algumas empresas de laticínios que pagavam mais para atrair a produção das cooperativas. Fruto dessas oscilações de preços, empresas que concentravam suas vendas em poucos compradores sofreram forte impacto. Algumas entraram em recuperação judicial e por isso não realizando os pagamentos devidos às cooperativas, o que levou algumas a insolvência e o fechamento de portas de várias organizações dos agricultores. Na mesma direção, a organização central das cooperativas se desestruturou, sendo mantidas somente relações de parceria entre algumas delas.

As entrevistas evidenciam que passados alguns anos, algumas cooperativas passaram a oferecer uma série de serviços, como assistência técnica, compra coletiva de insumos e implementos, mercado (para cooperados e não-cooperados), centrais de distribuição e venda, serviço de análise nutricional e rotulagem e representante de vendas. Em síntese, elas vêm mediando o acesso aos mercados, incorporando novos serviços para atender demandas dos produtores. Além da ação junto a cadeias tradicionais, como o leite, ficou evidenciado a movimentação da produção de base familiar num conjunto de mercados alternativos na forma de CCC.

Em síntese, as alternativas que já vinham sendo conduzidas fora da cadeia do leite mantiveram-se ou ampliaram sua presença no interior das cooperativas remanescentes. Uma delas inclusive deixou de atuar no leite e focou sua atuação exclusivamente em mercados alternativos, enquanto outras mantiveram a atuação em mercados convencionais ou em ambos. Entre as ações das CDAF destaca-se a atuação em mercados institucionais, especialmente, organizando produtores para venda de alimentos em editais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A isso se somaram ações em outros canais de comercialização ligados a mercados de proximidade e territoriais: supermercados; mercadinhos; feiras; venda direta e para outras cooperativas.

As CDAF possuem especificidades organizacionais que as diferenciam das cooperativas tradicionais em vários aspectos. Baseado no estudo de Farias (2024) e dados coletados na pesquisa, foram elencados potenciais atributos de CDAF de modo a se construir um tipo ideal, pelo qual as cooperativas pesquisadas puderam ser melhor analisadas:

Quadro 1- Características de uma Cooperativa Descentralizada da Agricultura Familiar (CDAF)

1. Respaldo jurídico da cooperativa aos associados para o cumprimento de exigências sanitárias; ambientais, contábeis, tributárias e outras obrigações legais;
2. Presença de contrato de comodato entre a cooperativa e os cooperados, que permite utilizar as unidades agroindustriais dos cooperados como CNPJ da cooperativa;
3. Uso de marcas, selos e registros da cooperativa em produtos elaborados pelos associados;
4. Existência de cadernos de normas internas para disciplinar o uso das marcas e registros da cooperativa pelos associados;
5. Gestão e operação das unidades agroindustriais descentralizadas pelos cooperados;
6. Baixo investimento em termos de infraestrutura e patrimônio, dotada de sede própria de pequeno porte ou inexistente;
7. Quadro de assalariados reduzido ou inexistente;
8. Dedicada a construir novos mercados, com destaque para circuitos curtos de comercialização (CCC);

9. Apoio técnico e jurídico para facilitar o acesso dos associados a mercados institucionais e outros processos de compras por editais ou licitação;
10. Sistema de governança democrática, embasado na autonomia dos cooperados, participação e descentralização das atividades econômicas-produtivas e financeiras;
11. Oferta de assistência técnica aos associados pela cooperativa nas questões produtivas e comerciais;
12. Baixo envolvimento com entidades de representação do cooperativismo estadual e nacional;
13. Apoio ao policultivo e a diversificação dos produtos dos associados,
14. Interesse em estabelecer parcerias com órgãos governamentais e não governamentais do território.

Fonte: Farias (2024); adaptado pelos autores.

Todas as cooperativas entrevistadas possuem atributos que as caracterizam como do tipo descentralizadas, discutidas neste estudo. A Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Extremo Oeste (Coopafamioeste) não possui sede própria (atributo 6) e foi constituída para auxiliar as agroindústrias familiares a acessar os editais dos mercados institucionais - PNAE e PAA – (atributos 8 e 9). Possui contrato de comodato (atributo 2) com 6 famílias de cooperados, que administram agroindústrias nas suas propriedades. Ao todo são 30 famílias associadas, e não é afiliada a alguma entidade de representação do cooperativismo (atributo 12). Como diferencial, essa CDAF agrega alguns agricultores familiares que ofertam matéria prima para os que detém as agroindústrias, o que também lhes permite ampliar o valor comercializado no mercado institucional, diante dos limites de valor individual por família pronaiana. Além da priorização dos grupos organizados sobre os agricultores individuais, o número de associados é critério de desempate entre grupos organizados na chamada pública. Ao ter sua origem orientada a atender uma normativa de política pública, essa CDAF não expandiu suas atividades para outras temáticas (CAPELLESSO *et al*, 2021). Como revelado na entrevista, a Coopafamioeste restringe-se a comercializar a parte da produção dos associados destinada aos mercados institucionais, sendo o restante comercializado diretamente pelos donos das agroindústrias em outros mercados. As características não observadas nesta cooperativa foram as 3, 4, 11 de acordo com o Quadro 1.

Quatro cooperativas – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Descanso (Cooperdes), Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperflor), Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária (Cooperanchieta) e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga (Cooafi) – tiveram sua origem a partir do Projeto Microbacias 2¹⁰. Essas iniciaram como associações formadas com apoio do projeto e se transformaram em cooperativas para formalizar a comercialização dos produtos e facilitar a introdução da produção dos associados nos mercados. Essas cooperativas se organizaram inicialmente para atuar na produção de leite, mas com o tempo foram introduzindo outros tipos de produtos como: hortaliças, pães, farináceos, embutidos, etc. Nesse caso, observa-se que o papel indutor da ação pública, que resultou em avanço organizativo dos atores. Essas cooperativas possuem singularidades que as permitem ser denominadas CDAF, pois contemplam os atributos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 levantados anteriormente. A Cooperanchieta e a Cooafi também possuem contratos de comodato com cooperados (atributo 2), que possuem agroindústrias nas suas propriedades – sendo 2 e 15 o número de contratos

¹⁰ O Programa Microbacias 2 (MB2) foi uma política pública catarinense voltada para o meio rural em parceria com o Banco Mundial que durou de 2002 até 2010, com execução da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Este projeto concentra-se em três dimensões do desenvolvimento rural sustentável: social, econômica e ambiental. O foco principal é atender prioritariamente aos pequenos agricultores familiares que são social e economicamente menos favorecidos, juntamente com os trabalhadores rurais e as populações indígenas (HAMMERSCHMITT, 2022).

existentes, respectivamente. Com isso estas cooperativas contemplam o atributo 5, pois nesta atividade a gestão e operação das unidades agroindustriais descentralizadas são realizadas pelos cooperados.

Atualmente, essas quatro cooperativas possuem sede própria – conquistada depois de alguns anos de funcionamento –, onde nelas conseguem organizar a parte administrativa da organização, ter em estoque de alguns produtos e organizar o escoamento da produção. A Cooperflor, Cooafi e a Cooperanchieta também dispõem de uma sede destinada a comercialização de produtos dos agricultores e para facilitar a logística de compra de alguns insumos para os associados. A cooperanchieta e a Cooperflor, das cooperativas pesquisadas, são as atendem a particularidade 3, onde seus cooperados fazem uso da marca da cooperativa em produtos elaborados por eles próprios.

Um destaque deste processo é a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião) do município de Dionísio Cerqueira. Ela foi concebida por meio da organização de agricultores de um assentamento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que trabalham a terra e os processos de maneira coletiva. Com sede no assentamento, a cooperativa dava respaldo jurídico para uma agroindústria de abate de aves (com contrato de comodato). Mas, atualmente a organização tem um objetivo similar ao de outras CDAF pesquisadas, produzindo em sua horta coletiva em torno de 25 itens alimentícios para autoconsumo e comercialização do excedente. O mesmo ocorre com o horto medicinal, no qual a produção de fitoterápicos é muito bem aceita na região: “A gente trabalha com a comercialização desses pequenos produtos nas feiras, e aí o pessoal que sabe, então vem aqui, pede para um amigo, para um parente levar, né? Então, não é uma, digamos, uma grande comercialização, mas a gente já faz” (DIRIGENTE PARTICIPANTE). Na Cooperunião não foram verificados os atributos 4 e 5.

A análise preliminar permite apontar que estas organizações movimentam uma ampla variedade de produtos da agricultura familiar, uma circunstância que as identificam como CDAF. Quando há um processo de agregação de valor - via agroindustrialização, produção orgânica, IGs em construção, entre outros¹¹ -, os atores mobilizam tanto o saber-fazer tradicional, como as características edafoclimáticas específicas do local de cultivo e a escolha e seleção da matéria-prima, buscando a melhor qualidade do produto.

Essas observações ficam evidentes em alguns produtos encontrados nas CDAF no Extremo-Oeste: sementes crioulas, panificados de milho crioulo, laticínios, temperos e ervas medicinais orgânicas, licores de frutas, mel de abelhas nativas sem ferrão, melado e algumas produções agroecológicas (verduras) não certificadas. Todos os produtos são elaborados a partir da matéria-prima local que carrega características de conhecimentos tradicionais ou construídos de forma a elaborar um produto com qualidades diferenciadas. Porém, observou-se que tanto a matéria-prima quanto o próprio conhecimento mobilizado na produção podem ser otimizados como elementos distintivos na construção dos mercados. Levantou-se também que a venda de produtos frescos também possui seu apelo qualitativo, assim como os produtos que receberam

¹¹ A elaboração do plano de identificação geográfica (IG) do Milho Crioulo de Anchieta/SC é de autoria da administração municipal e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC), e recebe suporte da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), do Governo de Santa Catarina, do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) e da Cooperativa da Agricultura (Cooperanchieta). Em março de 2022 foi iniciado o estudo da IG com o objetivo de proporcionar um padrão de qualidade para o produtor do milho crioulo, agregando valor a mercadoria final. A IG ainda está em processo de revisão documental (FECOAGRO, 2024).

algum tipo de beneficiamento. Porém, em muitos casos, tanto os itens frescos quanto os processados têm sido pouco ofertados em mercados locais, com limitada participação em feiras.

As CDAF possuem diversas relações com entes governamentais, pelas quais fica evidente uma série de auxílios voltados a capacitações e apoio burocrático para a comercialização, etc. Além da relação de origem, destaca-se presença do apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), já que aparece em todos os discursos dos entrevistados, mostrando o protagonismo desse órgão na implementação, apoio e desenvolvimento de projetos de apoio à AF no Extremo-Oeste. Outros órgãos mais citados são as prefeituras, Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Agências Financeiras e Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF). No estágio atual, a parceria com outras cooperativas ainda é pouco expressiva, e na maioria dos casos ocorre por meio de relações comerciais. Além disso, observa-se a carência de uma estratégia organizacional que promova a governança territorial.

Pode-se dizer que a maior parte das CDAF é singular e atua de forma independente, embora algumas estejam filiadas formalmente as entidades de representação do movimento cooperativo: a Cooperunião e a Cooafi são filiadas a Ocesc e a Cooperanchieta faz parte da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)¹². Como destacado pelos atores entrevistados, essa vinculação é uma exigência para poder comercializar seus produtos em outras regiões. A característica 4 não foi observada em nenhuma das organizações estudadas. A hipótese para a ausência desse documento pode estar associada ao fato da cooperativa assumir o papel de suporte aos associados para a montagem de materiais – ex. rótulos, etiqueta, etc.-. Ao centralizar tal operação, os atores não se depararam com a necessidade de estabelecer normas com vistas a manter o padrão.

Atualmente, as cooperativas possuem uma estrutura organizacional bem definida – conselho administrativo - diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e suplente, tesoureiro e suplente) - e conselho fiscal (presidente, fiscais e suplentes) e contam com condições materiais robustas, sendo que a agregação de serviços indica um estágio de expansão, investimento e consolidação de suas operações. Enquanto isso, as cooperativas de menor porte (Cooperunião e Coopafamioeste), e com patrimônio mais modesto passam por uma fase de "retomada das atividades", superando a estagnação provocada pelo período durante e logo após a pandemia de Covid-19. Apesar dessa disparidade, ambos os grupos estão engajados em novas atividades, retomando as iniciativas relacionadas ao PNAE e PAA (programas fortalecidos no atual contexto governamental) e elaborando planos para novos projetos em suas organizações.

6. Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar a origem das cooperativas descentralizadas e como estas poderiam contribuir com estratégias consideradas relevantes para a sustentabilidade da agricultura familiar. Pelo relato das ações das cooperativas pesquisadas, a compreensão dos

¹² OCEC - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - desempenha um papel efetivo na representação do Sistema Cooperativo Catarinense, atuando na criação e registro de cooperativas singulares, centrais e federações (OCEC, 2024). UNICAFES - o objetivo é ser um instrumento de representação do cooperativismo solidário, que se relaciona com a agricultura familiar, povos tradicionais, assentamentos da reforma agrária, entre outras categorias, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio aos associados e associadas (UNICAFES, 2024). OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – operam principalmente em colaboração com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de entidades internacionais, buscando conquistas e avanços para o setor (OCB, 2024).

serviços prestados aponta no sentido de atender demandas que podem propiciar melhorias de renda e das condições de vida, auxiliando no direcionamento para uma melhor sustentabilidade da AF.

Sobre as condições comerciais, as cooperativas estudadas encontraram espaço nos mercados convencionais e/ou nos circuitos curtos de comercialização. Nesse último caso, sua ação representa o retorno do relacionamento entre produtores e consumidores e uma alternativa de construção de novos mercados.

As CDAF são reconhecidas como agentes importantes para a ampliação e propagação da agricultura de base familiar, colaborando para atenuar as limitações produtivas e de organização, decorrentes das condições de dependência econômica e sujeição política.

A pesquisa evidenciou que a vinculação dos agricultores as CDAF fortaleceu as formas de inclusão da sua produção nos mercados, diante da situação concorrencial dos mercados tradicionais. Sua forma organizacional contribui para a agregação de valor aos produtos e, conseqüentemente, o aumento na renda familiar. Pela movimentação do comércio local, as CDAF igualmente incrementam a economia de proximidade, favorecendo a sustentabilidade dos territórios.

Embora tais efeitos possam ser passageiros no longo prazo, em razão das pressões dos mercados e das lógicas capitalistas que pressionam a AF, atualmente as CDAF representam uma alternativa importante para inserção dos produtos da AF nos mercados, sejam convencionais ou nos circuitos curtos – feiras, vendas diretas ao consumidor, mercados institucionais, etc. No caso dos CCC, os dados demonstram que essas organizações conseguiram dar suporte para agricultores se manterem no campo, produzindo alimentos diferenciados e contribuindo para sua sustentabilidade. Essa ampliação de possibilidades cria novas oportunidades econômicas e de vida, o que desempenha um papel vital no fortalecimento dos territórios rurais. Ao envolver as famílias diretamente na produção e comercialização, as CDAF contribuem para maior autonomia e a preservação das tradições e outras manifestações culturais típicas da AF.

Ao atuar na interface entre agricultores familiares e mercados, as CDAF podem adquirir o protagonismo na promoção e viabilização dos CCC. Este tipo de cooperativa possibilita que pequenos produtores familiares se formalizem para que possam cumprir as normas legais dos editais das políticas públicas de abastecimento de alimentos, além de atender a legislação que prioriza as organizações formais.

Ao unirem forças, as CDAF permitem que os agricultores familiares melhorem sua capacidade de produção e competitividade sem recorrer a lógica das escalas e os imperativos da produção das *comodities*. Essa sinergia fortalece a oferta de uma diversidade de produtos locais, muitas vezes, caracterizados pela qualidade, frescor e variedade. Os mercados institucionais, por sua vez, ao buscarem fontes sustentáveis e regionais, encontram nas cooperativas descentralizadas uma fonte confiável e consistente de produtos da agricultura familiar. Essa correlação não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico nas comunidades locais, mas também promove a resiliência, a autossuficiência e a preservação da identidade cultural nas práticas agrícolas.

Embora presentes, as parcerias entre as cooperativas pesquisadas e outras organizações da região não são suficientemente fortes para serem caracterizadas como o embrião de uma estratégia comum de desenvolvimento territorial sustentável. Ou seja, ainda não há uma articulação entre as CDAF e as forças sociais e econômicas da sociedade civil e do poder público da região capaz de elaborar um plano de desenvolvimento ou, ao menos, de processo para melhor coordenar as conexões já existentes em termos social, econômico e ambiental. E

isso é algo vital para se proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida dos produtores da agricultura familiar atendidas pelas cooperativas.

Apesar de existir um arco de parcerias e certa abertura interna dos dirigentes para que as cooperativas trabalhem e se mobilizem no escoamento da sua produção por meio de CCC, pode-se perceber a necessidade de aprofundar o trabalho, por meio da sensibilização de natureza educativa, para os membros internos e os atores externos ligados às organizações, de modo a se ampliar as oportunidades e a força dos mercados alternativos.

REFERÊNCIAS

- BIALOSKORSKI NETO, S. Virtual cooperatives in Brazil and the Globalization Process. **Jornal of Rural Cooperation**. Paris, v. 29, n. 2, p. 153-167. 2001.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, 2024.
- BUSSARELLO, C. S.; WATANABE M.; BUSARELLO R. J. Cooperativismo descentralizado e microempreendedorismo individual: duas alternativas à informalidade da agricultura familiar. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da Região Extremo Oeste Catarinense. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 2, p. 33-50, 2015.
- CAPELLESSO, A. J. *et al.* Ambiguidade de referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural: agricultura familiar e limites à sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 167-187, 2016.
- CAPELLESSO, A. J. *et al.* Avanços e desafios nas compras da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de caso em São Miguel do Oeste – SC. **Revista de Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, p. 5-29, 2021.
- CAPELLESSO, A. J. *et al.* A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta/SC. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 205-223, 2022.
- CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política e Sociologia**, Florianópolis, v. 15, n. 37, p. 49-79, 2016.
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1 et 2, février/mars, 2007.
- CONTERATO *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na realidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- DAROLT, Moacir R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo A. *et al.* **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- DIMAGGIO P.; POWELL W. The ironcage revisited institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v.48 n.2, p.47-160, 1983.
- DRUMOND, V.R.S. **A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília, 2010.

- ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular. 296 p., 2014.
- _____. *et al.* Cooperativas descentralizadas: (re) conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.
- FARIAS, N. W. **As cooperativas descentralizadas da serra catarinense: desafios e potencialidades para compor uma cesta de bens e serviços territoriais**. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina. **Primeira IG do Oeste catarinense: projeto milho crioulo de Anchieta é destaque em SC**. MB Comunicação, 2024.
- FORNECK E.; MAYER L.; KERN, G. (orgs.). **Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o Sul do Brasil**. São Leopoldo: Ed. Oikos Ltda. 2022.
- FREITAS, C. O. *et al.* Custo de produção de agroindústria familiar de produtos lácteos na região Central de Rondônia. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2021.
- GELBCKE, Daniele Lima; ROVER, Oscar José; BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz; SILVA, Clécio Azevedo da; VIEGAS, Mauricio da Trindade. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 539-560, out. 2018.
- HAMMERSCHMITT, V. L. Desenvolvimento social, econômico e ambiental no meio rural através do Programa Microbacias 2 em Itapiranga–SC. **Revista Conexão**, n. 10, p.278-300, 2022.
- IMLAU, J. M.; GASPARETTO, V. Agregação de valor: estudo em uma agroindústria familiar de hortifrutigranjeiros. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 38, n.142, p. 91-102, jun. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2022: características dos domicílios**. Brasília: IBGE, 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Florianópolis, v. 42, n. 1, p. 150-167, 2022.
- LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives *vis-a-vis* the Issue of “Difference”. **Journal of Rural Cooperation**, Israel, v. 28. n. 2, 2000.
- MARIE, P. "Cooperativa". **Dicionário Alice**, 2019. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/dictionary/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.
- MEDEIROS, M. *et al.* O surgimento de novos códigos sociotécnicos na construção de projetos desviantes de desenvolvimento rural. **Estudo, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 406-429, 2017. Doi: <https://doi.org/10.36920/esa-v25n2-9>
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: SC, Editora Argos, 338 p., 2005.
- _____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

SUSTENTÁVEL. **Anais**. Florianópolis: UFSC, v. 22, 2007.

_____. *et al.* Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul catarinense. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014a.

_____. *et al.* Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014b.

_____. *et al.* Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2019, Florianópolis. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2019. NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013.

OCB – **Organização das Cooperativas do Brasil**. 2024.

OCESC - **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. 2024.

PLOEG, J. D. Van der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Sterling, Earthscan, 2008. 356p.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 248 p.

_____. Organizações camponesas, estado e políticas públicas. In: SABOURIN, Eric. **Sociedade e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.

_____. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

SCHNEIDER, S. (ORG). **A Diversidade da agricultura familiar**. 2º Ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 259p.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 416p.

SENNET, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, da A.; GAZOLLA, M. Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da região sul do Brasil. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat, Taquara/RS, v. 18, n. 4, p. 231-255, out/dez. 2021.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo financeiro e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade – Cresol Vale Europeu. **Revista Pegada: Dossiê – Trabalho e Cooperativismo**, v. 22, n. 2, p. 232 – 262, maio/ago. 2021.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

SPANEVELLO, R. M.; DUARTE, L.C.; SCHNEIDER, C.L.C.; MARTINS, S.P.

Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p.198-216, setembro-dezembro, 2019.

UNICAFES - **União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária**. 2024. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br/>>. Acessado: 17 de jan de 2024.